INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
CABO VERDE

WORLD BANK GROUP

MEDINDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

www.ine.cv | 27 anos apoiando decisões
Cidade da Praia | Santiago | Cabo verde

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
CABO VERDE

WORLD BANK GROUP

MEDINDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM CABO VERDE

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

WWW.INE.CV
CIDADE DA PRAIA - SANTIAGO - CABO VERDE

Índice

Siglas e acrônimos 4
1. Nota Introdutória 7
2. A Pobreza Não-Monetária de Cabo Verde 8
Caixa 1: Cálculo de um IPM 9
2.1 IPM Nacional de Cabo Verde 10
2.2 Pobreza Monetária vs Pobreza Multidimensional 12
3. Nota Final 17
Referências 19

Siglas e acrônimos

BM	Banco Mundial
DEDS	Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais
DNP	Direção Nacional do Planeamento
IDRF	Inquérito às Despesas e Receitas Familiares
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPM	Índice Multidimensional da Pobreza
ME	Ministério da Educação
MFIDS	Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social
MPM	Medindo a Pobreza Muntidimensional
MS	Ministério da Saúde
OPHI	Oxford Poverty and Human Development Initiative
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
UNICEF	United Nations Children's Fund
UNDP-OPHI	United Nations Development Programme - Oxford Poverty and Human Development Initiative

FICHA TÉCNICA

Título	**Medindo a Pobreza Multidimensional em Cabo Verde**
Instituição	Instituto Nacional de Estatística
Presidente	João de Pina Cardoso
Vice-Presidente	Fernando Rocha
Vogal	Annie Sanches
Edição	Instituto Nacional de Estatística Av. Cidade de Lisboa, nº 18, Cx. Postal 116, Praia Tel.: +238 261 38 27 Fax: +238 261 16 56 Email: inecv@ine.gov.cv
Design e Composição	Instituto Nacional de Estatística
Equipa Técnica	Adilson J. M. da Siva – Diretor do Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do Instituto Nacional de Estatística Daniel V. Gonzalez – Economista do Banco Mundial Gabriela P. B. Cecchini – Consultora do Banco Mundial Eduardo A. M. Carbonel – Economista Sénior do Banco Mundial

Para quaisquer esclarecimentos, contactar:

Direção	Adilson J. M. da Silva Diretor do Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais do Instituto Nacional de Estatística E-mail: adilson.j.silva@ine.gov.cv

Data de Publicação	Junho de 2024

© Copyright 2024	Instituto Nacional de Estatística

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS

MEDINDO A POBREZA MULTIDIMENSIONAL EM CABO VERDE

1. Nota Introdutória

As medidas tradicionais de pobreza monetária não são capazes de captar totalmente as privações diárias enfrentadas pelos cabo-verdianos. As medidas de bem-estar monetário definem frequentemente o bem-estar do agregado familiar pela quantidade de bens e serviços que este pode comprar ou pelo seu rendimento. Assim, olhar para além do consumo das famílias poderá ajudar a compreender plenamente as condições de vida da população. Por exemplo, dois agregados familiares com o mesmo nível de consumo podem ter padrões de vida diferentes se tiverem diferentes acessos ao sistema público de esgotos ou a uma escola próxima (Banco Mundial 2018). Isso ocorre porque vários componentes necessários para viver uma vida digna, designadamente o acesso a infraestruturas básicas, a disponibilidade de educação e cuidados de saúde e a qualidade ambiental, não são comercializados exclusivamente nos mercados (Chakravarty e Lugo 2016).

Esta Nota Técnica centra-se no estudo da pobreza numa perspectiva não monetária. A nota discute o nível e a tendência das dimensões não monetárias do bem-estar das pessoas. Essas dimensões não são determinadas apenas pelo poder de compra das famílias, mas também pela forma como o governo e os mercados funcionam dentro de um determinado país. Em particular, o documento explora o acesso a serviços básicos (por exemplo, eletricidade, água e saneamento) e as conquistas da população em termos de resultados específicos nas áreas de saúde e educação. Tais resultados têm sido amplamente reconhecidos como fatores cruciais e com fortes impactos na qualidade de vida das pessoas e nas suas capacidades de atingir os seus plenos potenciais como indivíduos.

A Nota Técnica apresenta uma proposta para medir a pobreza na perspectiva de um Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nacional. O Instituto Nacional de Estatística (INE) de Cabo Verde e a Prática Global de Pobreza e Equidade do Banco Mundial colaboraram no desenvolvimento de uma proposta de Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) nacional para Cabo Verde. A definição do IPM nacional tem sido um processo multifacetado que envolve diferentes instituições nacionais e internacionais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Ministério da Educação - ME, Ministério da Saúde - MS, Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social - MFIDS, Direção Nacional do Planeamento - DNP, etc.) em torno de questões normativas e empíricas. Ao longo do tempo, a adoção de um IPM nacional permitirá uma melhor articulação das políticas sociais entre instituições

nacionais. Além disso, essa iniciativa permitirá a Cabo Verde definir uma agenda de desenvolvimento mais ambiciosa e localmente mais relevante do que a utilização de indicadores multidimensionais internacionais.

2. A Pobreza Não-Monetária de Cabo Verde

Um IPM nacional tem três vantagens sobre as medidas internacionais, como as propostas pelo UNDP-OPHI (Global MPI) ou pelo Banco Mundial (Medida de Pobreza Multidimensional, MPM). Em primeiro lugar, permite acompanhar o progresso em direção aos objetivos de desenvolvimento específicos de cada país, que não são necessariamente os mesmos acompanhados por políticas internacionais como os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em segundo lugar, em contraste com os índices multidimensionais internacionais, que devem basear-se em privações que podem ser medidas para vários países do mundo, sendo que cada um apresenta as suas próprias caraterísticas, um IPM nacional apenas enfrenta as restrições de dados impostas pelos inquéritos aos agregados familiares do próprio país. Por último, um IPM nacional pode ser atualizado com mais frequência para incluir limiares mais ambiciosos, alinhados com o nível de desenvolvimento do país. Em suma, um IPM nacional para Cabo Verde permitirá o alinhamento da medição da pobreza multidimensional com as políticas, a disponibilização de dados e o seu nível de desenvolvimento, facilitando a coordenação entre as diferentes políticas governamentais.

Devido à sua importância, o IPM nacional foi adotado como indicador oficial dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Fala-se, concretamente, no **indicador 1.2.2**: "*proporção de homens, mulheres e crianças de todas as idades que vivem na pobreza em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais*". No entanto, ao contrário de todos os outros indicadores dos ODS, não existe uma metodologia obrigatória para a construção desta métrica, sendo o governo de cada país o principal guardião e responsável por defini-la e reportá-la à Base de Dados de Indicadores Globais dos ODS (OPHI, 2019).

Cabo Verde junta-se aos países que medem a pobreza enquanto um fenómeno multidimensional. Um número crescente de países construiu IPMs nacionais para responder à necessidade de ampliar os determinantes que avaliam o progresso social alcançado pelas suas políticas públicas. Em 2009, o México foi o primeiro país a adoptar um IPM nacional como medida oficial da pobreza. Posteriormente, pelo menos outros 16 países comprometeram-se a acompanhar o seu progresso social com base na perspectiva multidimensional (OPHI, 2019). Cabo Verde não deve mais continuar sendo

uma exceção, razão pela qual, em parceria com o Banco Mundial, o INE de Cabo Verde tem trabalhado no desenvolvimento de uma proposta de um IPM nacional adequado (explicado detalhadamente na Tabela 1). O IPM nacional ora proposto segue a abordagem desenvolvida no âmbito do IPM Global proposto por OPHI (2023), com modificações para incorporar o contexto específico de Cabo Verde. A Caixa 1 (abaixo) detalha o processo seguido na definição do IPM nacional.

Caixa 1: Cálculo de um IPM

A construção de um IPM é efetuada através de uma abordagem que comunga de algumas semelhanças com a que se verifica quando se tratam de medidas tradicionais de pobreza: primeiro, é necessário identificar quem é pobre e, de seguida, agregar a população pobre a um índice. O índice abrange tanto considerações normativas (*o que significa ser pobre neste contexto específico?*) como empíricas (*que informação está disponível?*). Esse processo pode ser resumido em 6 etapas:

1. **Seleciona-se a unidade de identificação e a unidade de análise**: referem-se ao nível em que os resultados são medidos e ao nível em que são relatados (indivíduo ou agregado familiar).
2. **Escolhe-se dimensões de bem-estar e indicadores dentro de cada uma delas:** as dimensões da pobreza são selecionadas com base em preocupações normativas (isto é, considerações sobre o que significa ser pobre no país em apreço) e empíricas (ou seja, na informação disponível na fonte de dados selecionada).
3. **Seleciona-se limites de privação**: para cada indicador deve ser definido um limiar de privação, correspondente ao nível mínimo necessário para que um agregado familiar seja considerado "não-privado" desse indicador. Se o score atribuído a um agregado familiar ficar abaixo desse limiar, esse agregado familiar é considerado privado nesse indicador. Trata-se, efetivamente, de uma decisão normativa.
4. **Escolhe-se pesos para as dimensões e os indicadores**: as diferentes privações enfrentadas por cada agregado familiar são então agregadas, utilizando os correspondentes pesos (para cada dimensão do IPM, tanto global como nacional, e para cada indicador dentro de uma dimensão). Esta decisão baseia-se em argumentos normativos e testes empíricos de robustez.
5. **Escolhe-se o limite/limiar da pobreza**: ou seja, define-se como identificar os pobres multidimensionalmente, utilizando os indicadores ponderados.
6. **Calcula-se as estatísticas multidimensionais da pobreza**: tais como a contagem da pobreza, a intensidade da pobreza e o IPM.

Fonte: World Bank, UNDP and UNICEF (2021)

2.1 IPM Nacional de Cabo Verde

Desde o final de 2022, o INE de Cabo Verde, em colaboração com o Banco Mundial (BM) e o PNUD, tem trabalhado numa proposta de IPM Nacional para Cabo Verde. A partir de outubro de 2023, o INE definiu uma proposta para o índice e decidiu que o mesmo será calculado à custa dos dados do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares, o IDRF. O IDRF é um dos mais importantes esforços do país em termos de recolha de dados, permitindo a obtenção de informações sobre o bem-estar das famílias e uma variedade de outros tópicos, tais como a educação, as condições de habitação e a nutrição. A mais recente edição do IDRF, a quarta rodada, esteve em execução até meados de dezembro de 2023, estando a produção dos resultados agendado para junho de 2024. As três anteriores rodadas, parcialmente comparáveis, foram realizadas em 1988/89, 2001/02 e 2015. As informações recolhidas no IDRF também são utilizadas para calcular a pobreza monetária em Cabo Verde, de modo que a seleção desse inquérito para medir também a pobreza multidimensional permite uma compreensão abrangente dos padrões de vida das famílias, abrangendo tanto as dimensões monetárias como as não monetárias. O INE definiu um conjunto preliminar de dimensões, indicadores e pesos, estando atualmente a preparar o cálculo do índice e a verificar a sua robustez.

TABELA 1. IPM DE CABO VERDE

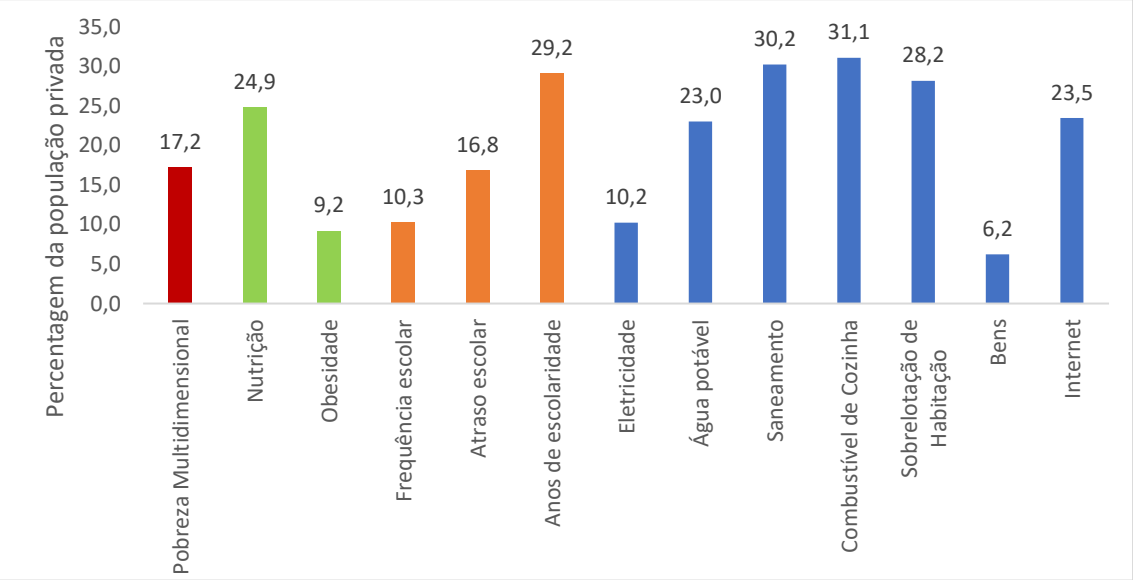
DIMENSÃO	INDICADOR (PESO)	LIMIAR DE PRIVAÇÃO: UM AGREGADO FAMILIAR ESTÁ PRIVADO, SE…
Educação	Ano de escolaridade (1/9)	Nenhum adulto com 18+ anos completou, pelo menos, o 8º ano de escolaridade.
	Frequência escolar (1/9)	Alguma criança entre 6 e 17 anos não está a frequentar a escola.
	Atraso escolar (1/9)	Alguma criança entre 8 e 17 anos está, pelo menos, com 2 anos de atraso escolar.
Saúde	Nutrição (1/6)	Algum adulto com 19+ anos está com baixo IMC, algum adolescente está com baixo IMC-por-idade, ou alguma criança está abaixo do peso ou com problemas de crescimento.
	Obesidade (1/6)	Algum adulto com 19+ anos tem obesidade severa ou alguma criança é obesa.
Condições de Vida	Eletricidade (1/21)	O agregado familiar não tem acesso à eletricidade.
	Água potável (1/21)	O agregado familiar não tem acesso a uma fonte segura de água potável.
	Saneamento (1/21)	O agregado familiar não tem acesso a instalações sanitárias melhoradas ou as instalações sanitárias são partilhadas com outros agregados familiares.

	Combustível de cozinha (1/21)	O agregado familiar usa combustíveis sólidos para cozinhar.
	Bens (1/21)	O agregado familiar não possui mais do que um pequeno bem (de entre TV, rádio, fogão, máquina de lavar roupa, frigorifico e moto), e não possui carro, um trator ou um terreno agrícola.
	Internet (1/21)	O agregado familiar não tem acesso à Internet e nenhum indivíduo com mais de 10 anos utiliza a Internet regularmente.
	Sobrelotação de habitação (1/21)	Existem mais de 2 membros da família por quarto.

Fonte: INE (2023)

A Tabela 1 apresenta a proposta do IPM nacional para Cabo Verde, compreendendo 12 indicadores, divididos em três dimensões: Educação, Saúde e Condições de Vida. As dimensões receberam os mesmos pesos, assim como os indicadores dentro de cada dimensão. O limiar da pobreza multidimensional foi definido em 1/3 dos indicadores ponderados. O indicador foi definido ao nível do agregado familiar, ou seja, se alguém pertencer a um agregado familiar privado num terço dos indicadores, todos os membros do agregado familiar são considerados multidimensionalmente pobres.

FIGURA 1. IPM NACIONAL DE CABO VERDE: TAXAS DE PRIVAÇÃO, 2015



Fonte: IDRF 2015. Calculado pela equipa da Pobreza Multidimensional (INE e BM), seguindo INE (2023)

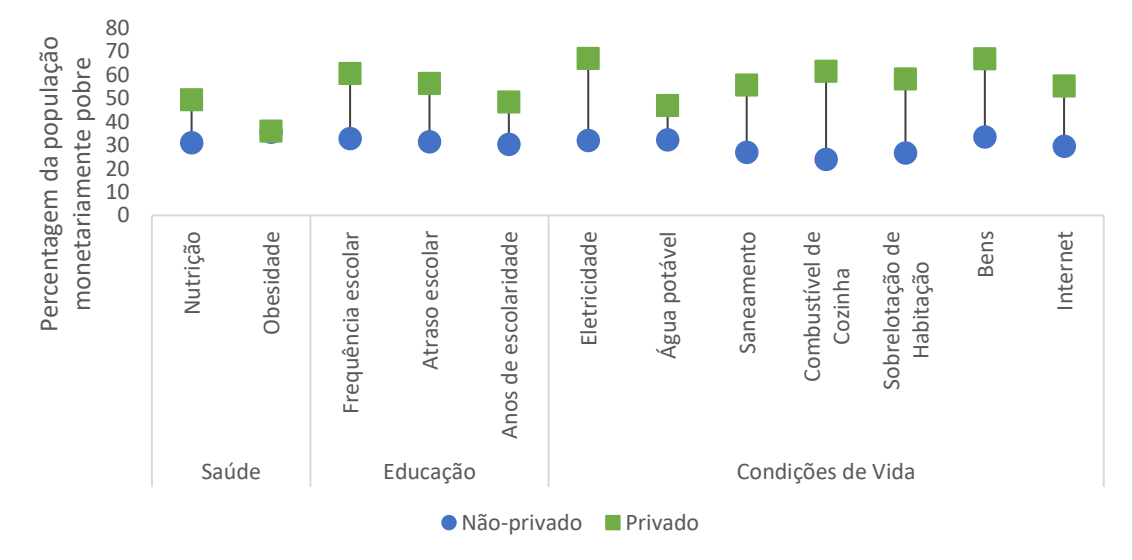
Em 2015, cerca de 17,2% da população de Cabo Verde era multidimensionalmente pobre, de acordo com o IPM nacional proposto. As privações enfrentadas pelos cabo-verdianos concentravam-se, sobretudo, nas condições de habitação, anos de escolaridade, combustível de cozinha, saneamento, sobrelotação de habitação e nutrição (Figura 1). Cerca de um terço da população em 2015 não tinha acesso ao

saneamento adequado ou ao combustível adequado para cozinhar e mais de um quarto da população vivia em habitações excessivamente sobrelotadas. Além disso, cerca de um terço da população vivia em agregados familiares onde nenhum dos adultos completou o 8º ano de escolaridade ou mais. Finalmente, quase um quarto dos cabo-verdianos vivia em agregados familiares com pelo menos uma pessoa subnutrida ou em agregados familiares sem acesso à fonte segura de água potável ou ainda em agregados familiares que não tinham acesso à internet ou nenhum indivíduo com 10 anos ou mais de idade utilizava internet regularmente.

2.2 Pobreza Monetária vs Pobreza Multidimensional

Ser privado numa dimensão está geralmente associado à pobreza monetária. Como se depreende da Figura 2, as taxas da pobreza monetária (medidas através da linha de pobreza nacional) entre os indivíduos que sofrem privações, são mais elevadas do que entre os indivíduos que não as sofrem. Por exemplo, enquanto 32,8% dos agregados familiares que não eram privados no que diz respeito à frequência escolar viviam abaixo do limiar de pobreza nacional, essa taxa era de 60,5%, quase o dobro, entre os agregados familiares onde pelo menos uma criança não frequentava a escola (ou seja, privado de frequência escolar). Um padrão semelhante ocorre para as privações relacionadas com a saúde e as condições de vida, sendo a obesidade a única privação que não está correlacionada com a pobreza monetária.

FIGURA 2. PROPORÇÃO DE INDIVÍDUOS "MONETARIAMENTE" POBRES POR PRIVAÇÕES NÃO-MONETÁRIAS – CABO VERDE, 2015



Fonte: IDRF 2015 e estimativas do BM. Nota: Taxa de pobreza calculada usando a linha de pobreza nacional absoluta.

As privações relacionadas com as condições de vida estão fortemente correlacionadas com a pobreza monetária. A Tabela 2 aborda a associação entre a pobreza monetária e a não-monetária em 2015, ao mesmo tempo que controla as principais caraterísticas do agregado familiar e da localização (ver mais detalhes em Banco Mundial, 2022a). Embora essa abordagem não permita interpretações causais, mostra que as caraterísticas do agregado familiar ou da localização podem mediar a relação entre as diferentes privações e a pobreza monetária. A Tabela 2 mostra que as privações relacionadas com as condições de vida estão correlacionadas com a pobreza monetária. Como se pode observar em todas as suas colunas, um indivíduo que viva num agregado familiar sem eletricidade ou saneamento adequado tem entre 8 e 10 pontos percentuais mais probabilidades de ser monetariamente pobre do que os seus homólogos não carenciados. Essa correlação é robusta para incluir diferentes tipos de controlos (colunas 2, 3 e 4). Em contraste, as privações de saúde e educação mostram uma associação fraca com a pobreza monetária, quando são contabilizadas as caraterísticas do agregado familiar (colunas 2 e 4 da Tabela 2).

TABELA 2. RESULTADOS DO MODELO DE PROBABILIDADE LINEAR

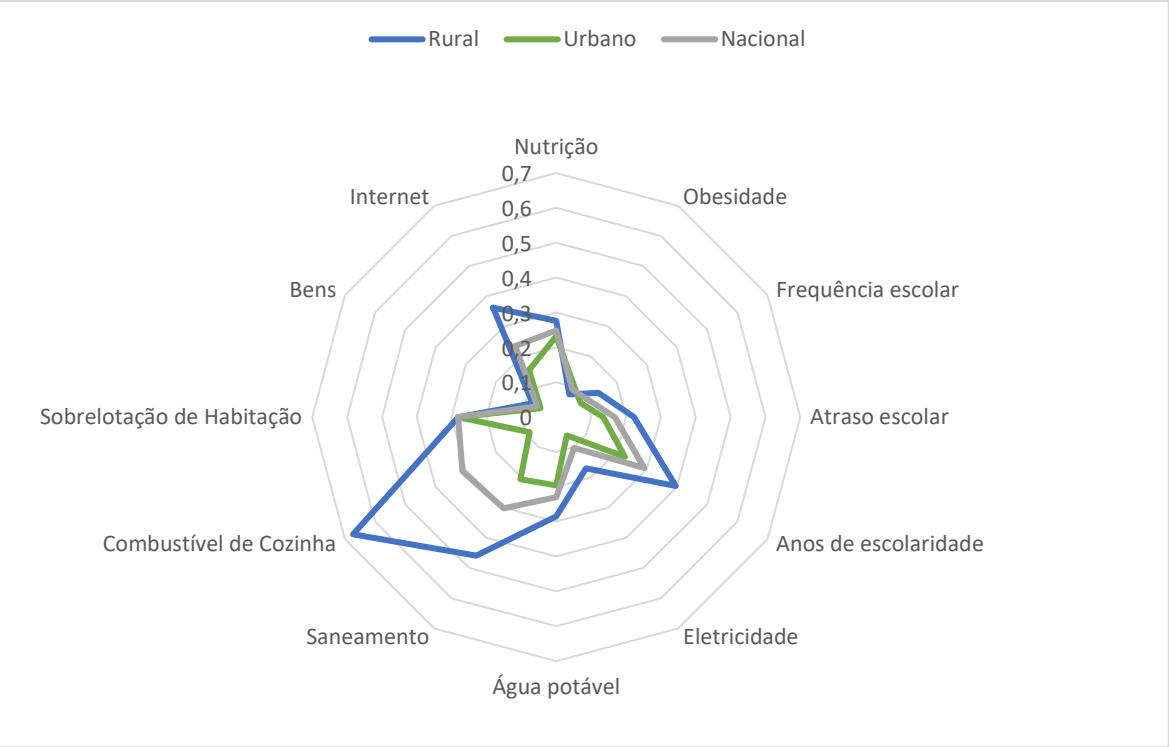
	(1)	(2)	(3)	(4)
Privações	**Nenhum Controlo**	**Controlos Básicos**	**Controlos de Localização**	**Todos os Controlos**
Nutrição	0.110***	0.0365*	0.114***	0.0400**
	(0.0203)	(0.0192)	(0.0202)	(0.0191)
Obesidade	0.0127	-0.0281	0.0164	-0.0263
	(0.0256)	(0.0253)	(0.0255)	(0.0251)
Frequência escolar	0.0946***	0.0543	0.0902***	0.0502
	(0.0337)	(0.0331)	(0.0337)	(0.0329)
Atraso escolar	0.0706**	0.00154	0.0730**	0.00315
	(0.0292)	(0.0278)	(0.0291)	(0.0277)
Ano de escolaridade	0.0401**	0.0482**	0.0358*	0.0448**
	(0.0195)	(0.0201)	(0.0195)	(0.0198)
Eletricidade	0.103***	0.0819***	0.108***	0.0863***
	(0.0303)	(0.0284)	(0.0305)	(0.0285)
Água potável	0.0125	0.0140	0.0349	0.0363
	(0.0227)	(0.0219)	(0.0235)	(0.0224)
Saneamento	0.0704***	0.0799***	0.0866***	0.100***
	(0.0221)	(0.0213)	(0.0217)	(0.0211)
Combust. de cozinha	0.259***	0.173***	0.267***	0.194***
	(0.0216)	(0.0230)	(0.0247)	(0.0254)
Sobrelot. da habitação	0.235***	0.142***	0.233***	0.137***
	(0.0211)	(0.0214)	(0.0208)	(0.0211)

Bens	0.104***	0.127***	0.0848**	0.105***
	(0.0337)	(0.0340)	(0.0341)	(0.0342)
Internet	0.120***	0.137***	0.112***	0.131***
	(0.0206)	(0.0197)	(0.0205)	(0.0196)
Observações	21,606	21,422	21,606	21,422
R-quadrado	0.267	0.336	0.280	0.350

Erros padrão entre parênteses. Os erros padrão (entre parênteses) estão agrupados na área de enumeração.
*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1
Fonte: IDRF 2015 e estimativas do Banco Mundial. Nota: A variável dependente é uma variável categórica, igual a 1 se um agregado familiar for monetariamente pobre. Pobreza monetária calculada usando a linha de pobreza nacional calculada usando o IDRF-III. Os controlos básicos referem-se a: número de membros do agregado familiar, número de crianças menores de 18 anos e caraterísticas do chefe do agregado familiar: género, nível de escolaridade e tipo de trabalho. Os controlos de localização correspondem aos efeitos fixos de área (urbana/rural) e ilha.

A (proposta) taxa de pobreza multidimensional nacional esconde desigualdades espaciais, particularmente na dimensão das privações das condições de vida. Cerca de um em cada quatro habitantes rurais é multidimensionalmente pobre, o que torna os habitantes rurais 2,3 vezes mais propensos a serem multidimensionalmente pobres do que os seus homólogos urbanos. A lacuna na pobreza multidimensional é particularmente acentuada nas privações relacionadas com as condições de vida (Figura 3). Por exemplo, a percentagem de pessoas privadas de eletricidade, saneamento, combustíveis adequados para cozinhar ou Internet nas zonas rurais é mais do dobro da mesma percentagem da população urbana. Essa lacuna de infraestruturas sociais é o principal fator da lacuna na pobreza multidimensional em 2015, e sugere a necessidade de investimento público que melhore as infraestruturas sociais para os cabo-verdianos das zonas rurais.

FIGURA 3. FRAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS POR ZONAS RURAIS E URBANAS EM CABO VERDE, 2015



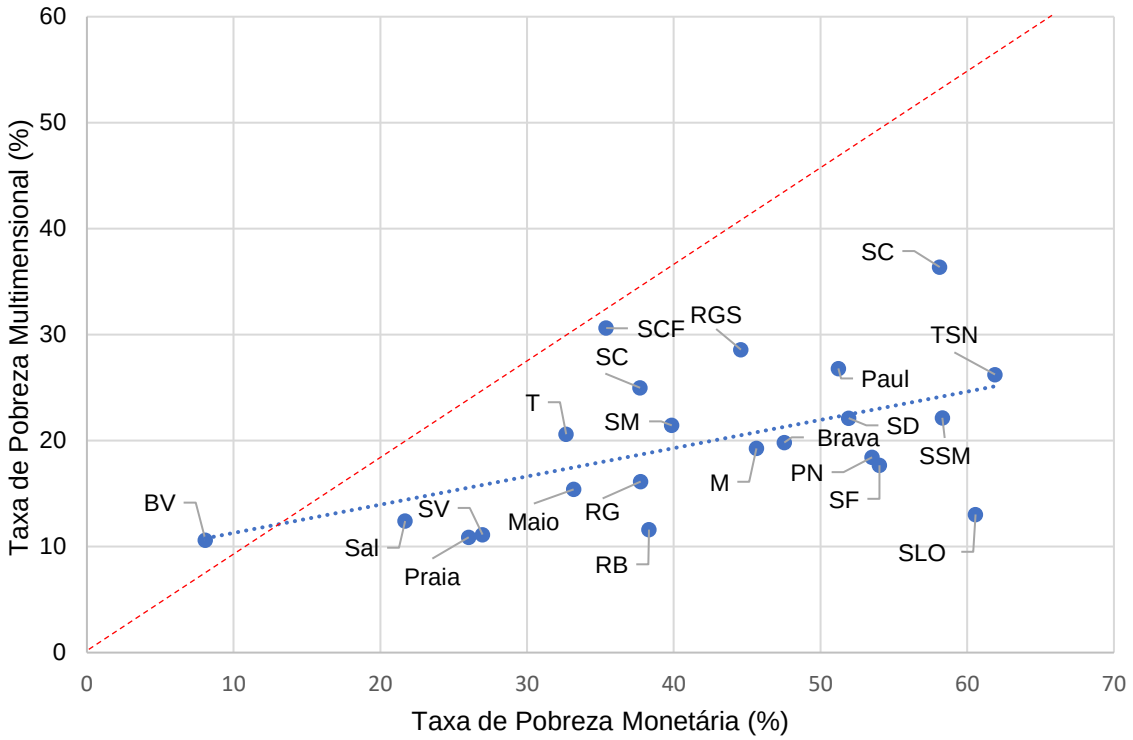
Fonte: IDRF 2015 e estimativas do Banco Mundial.

Essa diferença também é visível entre os concelhos. Por exemplo, em 2015 a taxa de pobreza multidimensional no Concelho da Boavista foi de 10,6%, enquanto a pobreza multidimensional (monetária) no Concelho de Santa Cruz era superior a 36,4% (58%). Observam-se diferenças marcantes mesmo em concelhos vizinhos, como nos da Praia e Ribeira Grande de Santiago, que, apesar da sua proximidade geográfica, diferem substancialmente em termos de pobreza multidimensional. A taxa de pobreza multidimensional na Praia era de 10,9%, enquanto que na Ribeira Grande era de 28,6% (ver Figura 4).

Nem a pobreza multidimensional nem a monetária, por si só, fornecem uma imagem abrangente das condições de vida das famílias. A Figura 4 apresenta a taxa de pobreza monetária e não monetária por concelhos. Duas conclusões surgem desta figura. Em primeiro lugar, com exceção da Boavista, todos os municípios apresentam uma taxa de pobreza multidimensional inferior à sua taxa de pobreza monetária (abaixo da linha vermelha tracejada, de 45 graus). Em segundo lugar, não existe uma relação direta entre pobreza multidimensional e monetária. Por exemplo, os concelhos de Santa Cruz, Ribeira Grande de Santiago e Santa Catarina do Fogo apresentam uma pobreza multidimensional bem acima da linha azul tracejada (que representa a taxa de pobreza multidimensional esperada dada a pobreza monetária observada). Da mesma forma,

São Lourenço dos Órgãos, Ribeira Brava e Praia têm uma pobreza multidimensional inferior ao esperado, dado o seu nível de pobreza monetária. Essa discrepância sugere que ordenar os municípios pela sua pobreza monetária ou multidimensional é insuficiente para alcançar uma orientação espacial precisa das despesas sociais.

FIGURA 4. COMPARAÇÃO DAS TAXAS DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL E MONETÁRIA, POR CONCELHO, CABO VERDE, 2015

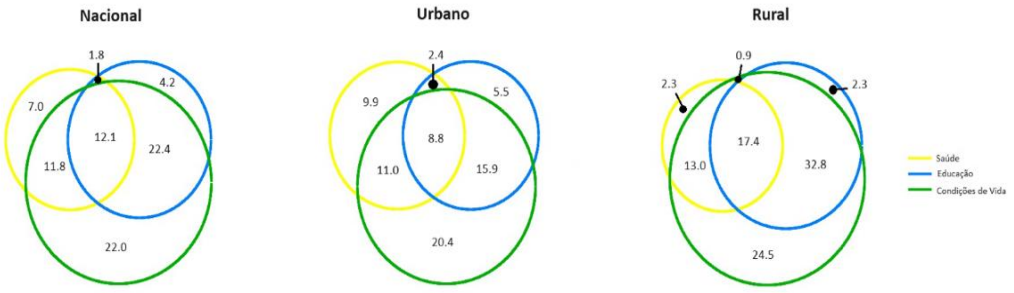


Fonte: IDRF 2015 e estimativas do Banco Mundial. Nota: (1) foram omitidos os municípios com mais de 15 observações com dados em faltas. A linha tracejada (azul) corresponde à inclinação de uma regressão univariada da pobreza multidimensional sobre a pobreza monetária; (2) por conveniência, os nomes dos concelhos que se seguem foram abreviados: Boavista (BV), São Vicente (SV), Ribeira Brava (RB), Ribeira Grande (RG), Tarrafal (T), São Miguel (SM), Mosteiros (M), Porto Novo (PN), São Domingos (SD), Santa Catarina do Fogo (SCF), Ribeira Grande de Santiago (RGS), Tarrafal de São Nicolau (TSN), São Salvador do Mundo (SSM), São Lourenço dos Órgãos (SLO) e São Filipe (SF).

Uma percentagem substancial de indivíduos com privações na saúde ou na educação também sofre privações numa outra dimensão. De acordo com a Figura 5, a nível nacional, quatro em cada cinco pessoas (26/33) que sofrem pelo menos uma privação na saúde também sofrem privação noutra dimensão (por exemplo, educação, condições de vida ou ambas). Para a população que sofre pelo menos uma privação na educação, esse número é ainda mais elevado, cerca de nove em cada dez pessoas (36/40). A natureza sobreposta entre a saúde e a educação sugere ganhos duplos com

a implementação de políticas coordenadas que abordam as causas subjacentes ao nível de privação nessas dimensões.

FIGURA 5. SOBREPOSIÇÃO DAS PRIVAÇÕES, ZONAS URBANAS E RURAIS – CABO VERDE, 2015



Fonte: IDRF 2015 e estimativas do Banco Mundial. Nota: os números correspondem à percentagem da população em cada célula. O tamanho dos círculos nos diagramas de Venn não está perfeitamente em escala. Observe que este gráfico foi construído considerando indivíduos privados em qualquer um dos indicadores dentro de uma dimensão. Por exemplo, este gráfico contabiliza os indivíduos privados de saneamento apenas como parte da percentagem da população privada de infraestruturas (mesmo que não sejam multidimensionalmente pobres).

3. Nota Final

A medição da pobreza em termos monetários é unidimensional. Nesse tipo de abordagem, um leque de mercadorias, bens e serviços considerados minimamente indispensáveis para viver uma vida "não empobrecida" é avaliada em termos de preços do dia-a-dia. Os agregados familiares que não possuem rendimento suficiente para cobrir tal leque de mercadorias, bens e serviços são considerados pobres. Contudo, não se pode negar que a estimação da pobreza em termos de rendas seja um instrumento bastante eficaz, razão pela qual vem sendo usado por vários países ao longo de décadas, proporcionando às autoridades locais informações de capital importância para, nomeadamente, as políticas de luta contra a pobreza extrema. Em Cabo Verde, o primeiro estudo sobre a pobreza data de 1993, e foi realizado em parceria com o Banco Mundial, baseando-se nas informações do Inquérito às Despesas e Receitas Familiares (IDRF) do ano 1988/1989 (Perfil da Pobreza (2018)). Tudo o que se sabe sobre um agregado familiar pobre nessa perspectiva é que a sua renda é significativamente baixa. Por outro lado, ao tomar conhecimento que um agregado familiar é pobre multidimensionalmente, pode-se passar à fase seguinte, inteirando-se das múltiplas privações que ele sofre e aferir o quão pobre ele é (ver quais indicadores ou dimensões mais lhe afetam, por exemplo), isto é, a intensidade da pobreza multidimensional. E isso nos dá informações precisas sobre como abordar a questão da erradicação da pobreza.

O cálculo da intensidade da pobreza multidimensional será abordado em futuros trabalhos.

Uma desvantagem importante da análise atual é que o inquérito aos agregados familiares mais recente, que permite o cálculo do IMP nacional proposto data de 2015. Como resultado, uma questão chave que permanece, é como o bem-estar dos cabo-verdianos evoluiu desde 2015, especialmente tendo em conta os choques enfrentados pela população cabo-verdiana, derivados das secas, da pandemia da COVID-19 e da invasão da Ucrânia pela Rússia. Dado que não é possível calcular o IPM após 2015 devido à falta de dados necessários, a investigação futura beneficiará do acesso aos microdados do IV-IDRF atualmente em execução. Em consequência, a equipa que lidera o cálculo do IPM nacional servir-se-á desses microdados para calcular a Pobreza Multidimensional e, portanto, inferir sobre a evolução do bem-estar dos cabo-verdianos em 2023, tanto em termos monetários como à base das múltiplas privações que vêm sofrendo (não se esquecendo dos choques enfrentados pelos agregados familiares, impostos pelas secas, pela pandemia da COVID-19 e pela invasão da Ucrânia pela Rússia). De igual modo, a equipa perspectiva promover o uso do IPM, ele que, conforme se depreende das análises aqui apresentadas, complementa as medidas monetárias da pobreza.

Referências

Chakravarty, Satya r., and Lugo, Maria Ana (2016). Multidimensional indicators of inequality and poverty. In M. Adler & M. Fleurbaey (Eds.), The Oxford handbook of well-being and public policy (pp. 246-285). Oxford: Oxford University Press.

Instituto Nacional de Estatística (2023). Indice Multidimensional da Pobreza Nacional de Cabo Verde. MIMEO by Adilson J. M. da Silva.

Ministério da Educação (2017). Plano Estratégico da Educação 2017-2021. Retrieved from: https://minedu.gov.cv/documentos1.

Perfil da Pobreza (2018). Evolução da Pobreza Monetária Absoluta 2001/2002, 2007 e 2015.

Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) (2019). How to build a national multidimensional poverty index (MPI): using the MPI to inform the SDGs. United Nations Development Programme (UNDP).

Oxford Poverty and Human Development Initiative (2023). Multidimensional Poverty. Retrieved from https://ophi.org.uk/research/multidimensional-poverty/

World Bank (2018a). Poverty and Shared Prosperity 2018: Piecing Together the Poverty Puzzle. Washington DC: World Bank. Retrieved from https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity-2018

World Bank Group (2018b). Republic of Cabo Verde: Adjusting the Development Model to Revive Growth and Strengthen Social Inclusion. World Bank.

World Bank (2022a). Poverty and Shared Prosperity 2018: Correcting the course. Washington DC: World Bank. Retrieved from https://www.worldbank.org/en/publication/poverty-and-shared-prosperity

World Bank, UNDP and UNICEF (2021). A Roadmap for Countries Measuring Multidimensional Poverty. Washington, DC.